

**ELABORAÇÕES DE VIDAS:
marcas identitárias dos moradores do leprosário Colônia do Carpina –PI.***

Antonia Valtéria Melo Alvarenga**

RESUMO

O texto reflete sobre as memórias produzidas pelos moradores do leprosário Colônia do Carpina, localizada em Parnaíba PI, em suas experiências naquela instituição. Vítimas da indiferença das elites e de políticas públicas que não tratavam a saúde como problema de Estado, os doentes do mal de hansen representaram no Piauí, e de forma geral no Brasil da primeira metade do século XX, uma expressão do descaso a que são submetidos aqueles que constituem a parte economicamente menos favorecida da população brasileira. Desse modo, a partir de depoimentos de moradores do antigo leprosário, procurou-se analisar como as lembranças da experiência trágica do asilamento atuam na construção de identidades que se manifestam como resistência às novas políticas de Estado e decisões sociais que afetam a vida desse grupo.

Palavras-Chave: Memória. Lepra. Piauí.

ABSTRACT

The text reflects the memories produced by the leprosy's dwellers at Colonia do Carpina, located at Parnaiba, Piaui, and their experience in that institution. Victims of the elite's indifference and the public politics which did not take care of health as a state problem, the patients with hansen's disease represented at Piaui, and in a general way in Brazil at the first half of the XX's century, an expression of disregard which the less favored economically Brazilian population, were submitted. This way, and from dwellers statements of the old leprosy, we have tried to analyze the memories of the tragic experience of refuge performed in the construction of identities that have expressed the resistance to state's new policies and social decisions that affected this life group.

Key words: memory, leprosy, Piaui

O objetivo desse artigo é refletir sobre as memórias construídas por moradores e egressos da Colônia do Carpina-PI. A memória é nesse estudo compreendida como um fenômeno que se elabora e reelabora motivada pelas demandas manifestas no dia-a-dia, ainda que conserve a urdidura de origem. A análise recorre de forma direta ou como fundamento, a depoimentos de alguns sujeitos integrantes daquela comunidade, e especialmente a um trecho da fala de uma moradora - Cezária Maria de Oliveira, que em uma situação de tensão, provocada pela ameaça aos seus interesses e aos do grupo de que é integrante – dos ex-internos da Colônia – foi capaz de expressar, de maneira simples, mas profunda, o sentimento desenvolvido pela comunidade do Hospital Colônia do Carpina com relação às políticas públicas e às práticas sociais dirigidas para esses sujeitos.

Eu sou Cezária....Maria de Oliveira. Há 21 anos moro aqui dentro desse hospital Colônia do Carpina e aqui é minha segunda casa, me sinto bem aqui porque lá fora tem muita discriminação, a gente é discriminado de todos os modos, e por todo lado que a gente vai a gente passa por discriminação, e nós não queremos o fechamento do hospital da Colônia do Carpina....nós queremos é sua reestruturação do hospital, de nosso hospital, não o fechamento...que nós somos... Isso aqui tem 76 anos de vida... vida... tem milhares de vida aqui, é nosso patrimônio. Ninguém pode fazer outro hospital aqui dentro do nosso território, ninguém pode fazer casinha sem o nosso consentimento. Isso aqui é nosso... (sic)

O depoimento acima é parte de um documentário produzido em 2008 pela administração da Colônia do Carpina, localizada na cidade de Parnaíba -PI¹, tendo como atores moradores e egressos daquela entidade, com ela identificados seja pelos serviços de saúde que a instituição ainda lhes proporciona², seja “simplesmente” pelos laços construídos com aquele lugar durante o período em que estiveram na condição de asilados. O Objetivo do documentário foi levar ao Governo Federal, em uma reunião que buscava discutir o destino das 33 Colônias remanescentes no país, a opinião a esse respeito de pessoas que pelas seqüelas físicas deixadas pelo precário tratamento clínico a que foram submetidos ou ainda, pelos efeitos sociais e afetivos que a doença e os tratamentos políticos à ela dispensados deixaram em suas vidas, continuam abrigados ou buscando alguma forma de amparo em uma dessas instituições.

Excluídos de decisões fundamentais ao curso dos seus destinos, a despeito do que pensavam ou sentiam, os doentes de lepra foram colocados em isolamento compulsório até o início do anos 60 do século XX. O leprosário São Lázaro, instalado em Parnaíba-PI em 1931, foi fruto da filantropia da elite e da ação do poder municipal iniciados no final da década de 20. Com a implantação do Plano Nacional de Combate à Lepra, em 1935, teve suas funções ampliadas no controle da doença em todo o Estado, vindo em 1941, através do Decreto nr. 398/41, a ser denominado Colônia do Carpina, momento em que foi encampado pelo governo estadual e oficialmente transformado no leprosário dessa unidade da federação. A transferência da instituição municipal para a esfera estatal, buscou atender a demanda gerada por um problema crescente no seio da sociedade piauiense e ainda, cumprir

¹ O documentário foi cedido a essa pesquisadora pela atual diretora do Hospital Colônia do Carpina, a professora Franceline Paz, a quem agradeço a gentileza de me ter recebido, juntamente com sua equipe, e disponibilizado todos as condições que estavam a seu alcance para a pesquisa que deu fundamento a esse trabalho.

² Grande parte dos ex- internos da Colônia do Carpina residem hoje, com as famílias que construíram durante o período de internamento, nas imediações da sede do Colônia, em área anteriormente pertencente ao patrimônio da instituição de isolamento. Denominada de bairro Piauí, é uma região extremamente pobre, apresentando todos os problemas sociais típicos das áreas urbanas carentes.

determinação federal visto que, o Projeto do Ministério da Educação e Saúde, elaborado e executado através da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social, definia que:

Do ponto de vista profilático, o problema da lepra só poderia ser solucionado ao enquadrá-lo na órbita de ação dos estabelecimentos conhecidos por leprosários. Nesse momento, a terapêutica estava ainda baseada no óleo de chaulmoogra, mas o seu uso não permitia curar os pacientes, a não ser em caso esparsos, sem expressão estatística. Além disso, a sua contagiosidade exigia a separação dos doentes do convívio com pessoas sãs. Essa convicção – de que o isolamento era a melhor medida sanitária para solucionar o problema da lepra – era reforçada pelo exemplo da Noruega, freqüentemente invocado pelos políticos e especialistas. Lá, a endemia fora vencida com o isolamento dos doentes. (CUNHA, 2005: 9)

Na fala de Dona Cezária observa-se o desejo e a disposição dos moradores e egressos da Colônia do Carpina de exercerem uma maior participação nas decisões relacionadas à suas vidas, tomadas sejam por órgãos civis, sejam através de políticas públicas. Vítimas de uma estrutura social que entre outras coisas, não tratava a saúde pública como problema de Estado, os doentes do mal de Hansen representaram no Piauí e de forma geral, no país, uma expressão do descaso a que foram e continuam sendo submetidos aqueles que constituem a parte economicamente menos favorecida dessa população.

Por ser uma doença provocada por uma microbactéria ou bacilo - *Mycobacterium leprae* – a lepra tornava os diferentes tipos sociais vulneráveis a sua contração. Embora as camadas populares apresentassem maiores condições de contrair a doença, em razão das péssimas condições de higiene e de saúde em que se encontravam, essa era uma experiência que a modernidade obrigava ricos e pobres a partilharem, ainda que não fosse na mesma proporção. Diferentemente do que ocorria no cotidiano do Asilo-Colônia Aimorés, em São Paulo, no qual era possível perceber a presença de diversos extratos sociais e culturais integrando aquele universo asilar e em outros leprosários espalhados pelas grandes regiões do país, no leprosário Colônia do Carpina esse efeito denominado por alguns teóricos de democracia do vírus, não é percebido seja na memória escrita – prontuários dos internos- seja nas lembranças dos entrevistados. Particularidade que evidencia aspecto da rigidez social que a modernização do país ainda não havia conseguido alterar nesse Estado.

Foram homens e mulheres sem profissão, donas de casa como Dona Cezária ou Dona Débora - outra interna que mencionaremos a seguir - pessoas ligadas a setores de pouco prestígio social que habitaram o Leprosário São Lázaro, mais tarde Colônia do Carpina. O leprosário, com raras exceções, foi o asilo de lavradores, operários das pequenas oficinas, estivadores, sapateiros, domésticas, lavadeiras e seus descendentes e não de proprietários de terra, grandes comerciantes, agropecuaristas, políticos ou de profissionais liberais que também formavam a população do Estado. Não se observa nos livros de registros dos

internos ou mesmo nos seus prontuários, sobrenomes das grandes famílias do Piauí. Não constam nesses registros nenhum Pires, Correia, Castelo Branco, Morais, Clark, Veras, Jacob, Freitas, Portela, Gayoso e tantas outras que compunham a elite piauiense. Foi a “gente miúda”, excedentes no mundo do trabalho, de baixa qualificação profissional, na maioria analfabetos que teve sua presença inscrita naqueles documentos, que foram registradas e institucionalizadas como leprosos, como escória da sociedade civilizada do Piauí.

Embora esteja no Carpina há apenas 21 anos, tendo, portanto, sua chegada àquela instituição se dado após o fim oficial da política de isolamento compulsório, o que se observa na fala de Cezária é um sentimento de pertencimento total à história daquele local, “uma espécie de cumplicidade ontológica,[...], uma relação de pertença e de posse na qual o corpo apropriado pela história se apropria, de maneira absoluta e imediata, das coisas habitadas por essa história” (BOURDIEU, 2005: 83). Para a moradora, não é possível deixar a Carpina apenas com a tomada de decisões legais que disponham sobre essa questão, pois o abandono desse local não o afastaria de suas vidas. Ao contrário, continuariam com a alma presa a um espaço que não poderia mais abrigar seus corpos mutilados. O que coloca a moradora é semelhante ao expresso por Schwasrstein (2002) com relação aos efeitos da memória sobre indivíduos que vivem histórias traumáticas, ao afirmar que não é possível simplesmente deixar essas experiências para trás. Segundo essa teórica, o ritual humano de renovação requer muito tempo, exige um reaprender das coisas mais simples às mais complexas e, na maioria das vezes, a transformação se faz apenas superficialmente.

A moradora ao defender seus interesses e dos seus “companheiros de sofrimento”, contrapondo-se à política de desestruturação dos Hospitais que assumiram o lugar das antigas colônias, e mais ainda, da des-hospitalização daqueles que a eles permaneceram ligados por alguma razão, chama atenção para o passado, ressaltando o tempo de existência do Hospital Colônia do Carpina: “76 anos de vida”, afirma, como se quisesse mostrar o peso do tempo, um tempo que talvez já lhes esteja bastante subtraído, para reaprenderem a viver fora daquele lugar. Tempo que não é apenas cronológico, mas é tempo de vida... de vida da instituição....de vida dos institucionalizados. Instituição e homens construídos sobre um mesmo movimento, sobre as mesmas dores, limitações e renúncias, mas na dinâmica que esse restrito mundo possibilitou, também de uma vida onde o prazer de alguns instantes, as solidariedades presentes, foram marcando “ser e coisa” naquele processo, a ponto de não saberem hoje se o ser sobreviveria à coisa. Instituição que racionalmente ninguém escolheu para viver, mas que uma vez nela instituído faz parte de suas identidades.

Na defesa dos interesses do seu grupo reclama as vidas que foram interrompidas naquela instituição; àquelas que foram nela encerradas por longo período e às vezes por toda uma existência; o processo de reaprendizagem a que se submeteram vivendo naquele local; a tudo que precisaram deixar para trás, embora isso não tenha sido plenamente possível. Vida como a da ex-interna Dona Débora, que em um exercício de memória, poetizou o sofrimento ao ser encaminhada para a Colônia, de onde não saiu, nem mesmo depois de morta, embora já tenha sido conduzida para aquela instituição em um período em que o asilamento em um hospital- colônia não era mais considerada a única saída para a doença.

Despedida

Foi no dia 13 de março
Do ano de 74
Que com lágrimas e saudade,
Me separei do meu lar.

Adeus, casa de morada,
Sala que tanto andava,
Dispensa, quarto e janela,
Cozinha que eu trabalhava

Nesta data falada,
Às nove horas do dia,
Com lágrimas e saudade
Fiz a minha partida

Abracei o meu esposo
A minha filha querida
Um abraço em minha nora
E em meus netinhos queridos

Com lágrimas e saudade
Dei sinal de partida.³

Ao afirmar que “tem milhares de vida aqui”, mesmo sem domínio total do sentido de suas palavras, Cezária apresenta sensibilidade para compreender que a Colônia do Carpina não se constitui, hoje, apenas dos 29 moradores que nela permanecem, mas, é a soma e o entrecruzamento de todas as histórias que se realizaram naquele espaço: história de enfermos que já se foram como a de Dona Débora, que deixou para trás sua vida e seu mundo, lembrado por ela nos seus aspectos mais íntimos: o espaço do seu lar, sua casa de morada, onde por compartilhar a presença dos seus entes queridos, ser palco de realização de sua história, a tornara o que sempre havia sido até o momento de sua internação. Histórias também de ex-internos que ainda se encontram vivos, de funcionários sadios, das famílias dos moradores e da sociedade que colaborou para a montagem daquele cenário.

É, portanto, a defesa de uma comunidade de destinos no sentido utilizado por Bosi (1994: 38), onde o estar junto compartilhando saudades e dividindo dores permitiu

³ Material cedido pela psicóloga do Hospital Colônia do Carpina, Dr^a Vitória Isaura, a quem agradeço também, a gentileza dos esclarecimentos prestados em conversas que tivemos em uma das minhas visitas àquela instituição.

alcançar a “compreensão plena de uma dada condição humana”⁴: a de serem ex-portadores de lepra, ex-asilados e a de se constituírem, no momento, em um grupo ameaçado de perder parte de sua história na supressão do “lugar de memória” de experiências que viveram na condição de portadores de uma doença que marcou e foi decisiva para suas vidas. Esse sentimento de pertencimento em relação ao local e às pessoas que nele habitam, foi expresso, também, por outro morador da Carpina, Senhor Bernardo Nogueira, ao referir-se ao convívio naquele lugar: “[...] até hoje tenho me dado muito bem aqui... todos são meus amigos.... quando vou passar uma dia na minha casa, a vontade é de voltar pra qui(sic)... [...] para ficar com meus companheiros de sofrimento [...]”⁵

É interessante observar que esses depoimentos, assim como os demais tomados para esse estudo apresentam uma profunda relação com questões que aquela comunidade coloca como relevantes ao momento de sua produção, a exemplo do benefício aprovado pelo governo federal para todos aqueles que viveram na condição de asilados até 1986 (Lei 11.520/07). Ao tratarem dos sofrimentos a que foram submetidos com o isolamento na Colônia, revelam a tragédia da experiência apenas como uma defesa daquilo que consideram ser seu direitos, colocam-nos como tática de garantia do respeito à sua cidadania. Nos demais momentos, o sofrimento é colocado fora daquele local, onde foram e ainda são tratados como diferentes ou com indiferença. A Colônia passa, então, a ser o refúgio, *locus* de proteção, espaço onde se realizam como cidadãos.

Assim, nos depoimentos presentes no documentário, ou em conversas produzidas em outros momentos, ficou constatado que a ameaça de fechamento da Colônia, bem como a possibilidade de receber uma indenização pela condição de isolamento a que foram postos, fazem pairar um silêncio de difícil transposição sobre as dores causadas pelo viver na Colônia durante a vigência da Lei nº. 610/49, que instituiu o isolamento compulsório dos leprosos no país. A dor lembrada é a sofrida fora desse espaço quando, vitimados pela doença começaram a receber a indiferença ou conviver com o pavor do contágio demonstrado por familiares, amigos, vizinhos e demais pessoas de suas relações. É o que fica posto, também, na fala de um ex-morador da colônia, Senhor Vicente Oliveira, internado na Carpina com apenas 14 anos de idade, ao ser interrogado sobre a reação de parentes e amigos ao saberem de sua doença:

⁴ Bosi, Ecléia. **Memória e Sociedade**: lembrança de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁵ Depoimento integrante do documentário produzido pela Colônia do Carpina em 2008.

*[..] ai foi descoberto que eu era doente e ai... naquela época, uma discriminação muito grande, era grande, eu ainda me lembro. Às vezes eu deito no tucum (rede de fibra vegetal) e me lembro, quando eu estava junto com um bocado de meninos, nós era menino, um bocado. Um dia eu cheguei na casa de um moço lá, e tinha um filho dele, tinha um filho pequeno. Ai ele disse assim, chegou prá mim, eu estava encostado em uma mesa grande na sala; tava a mulher dele assim e o filho dele. Ele chegou e disse para mim: Oh meu filho, não me leve a mal, eu gosto muito de sua mãe, gosto de sua família - porque ele não conheceu meu pai - mas eu não quero que você venha aqui mais na minha casa não. Desde aquele dia eu não andei nem mais na casa de minha avó [...]*⁶

Indagado ainda sobre qual tinha sido a recepção que lhe havia sido dispensada pelos internos e administradores da Colônia do Carpina, e como tinha se sentido ao chegar naquele novo mundo, respondeu: “Aqui no hospital a gente era bem acolhido (inaudível), tai, Moacir (amigo) que não deixa mentir. [...]. Era bem acolhido, era uma coisa boa, muito beleza. Ai eu fiquei à vontade, fiquei à vontade, era muita gente [...]”⁷ Ao falarem de suas memórias, esses sujeitos manifestam suas lembranças com base em elementos comuns: o sofrimento causado pela rejeição dos sadios; o convívio com os iguais; a solidariedade encontrada nos companheiros de doença e administradores do asilo, são aspectos que embora colocados de forma particular por cada um, apresentam-se como pontos de contato entre as diversas lembranças, permitindo que se possa inferir das mesmas a existência de uma base comum.

Além da importância do presente no despertar das lembranças, há um outro elemento a ser considerado no que vem à tona no exercício de memória produzido sobre o asilamento dos ex-portadores de lepra. Pollak (1989) chama a atenção para o enquadramento da memória resultante das disputas entre os diferentes sujeitos pela versão dos fatos. Uma operação coletiva de acontecimentos e de representações do passado é utilizada para manter a coesão do grupo, fornecendo para isso uma urdidura que passa a referenciar suas lembranças. No caso do isolamento compulsório dos portadores de lepra, foi realizado por parte das autoridades de saúde e da sociedade sadia, um intenso trabalho, tanto prático quanto ideológico sobre os benefícios que teria o doente ao ser conduzido, mesmo que contrária à sua vontade ou de seus familiares, à situação de isolamento.

Para não se estender a uma infinidade de detalhes, no campo ideológico os argumentos científicos fundamentaram os discurso médicos a esse respeito. Em termos de prática, basta chamar a atenção para a estrutura que normalmente apresentavam os

⁶ Entrevista concedida à autora pelos ex-interno da Colônia do Carpina, Vicente Alves de Oliveira. Parnaíba, 22/10/2008.

⁷ □ Entrevista concedida à autora pelos ex-interno da Colônia do Carpina, Vicente Alves de Oliveira. Parnaíba, 22/10/2008.

hospitais-colônia. Eram, pequenas cidades, como diziam seus defensores. Dotados de diversos serviços necessários à saúde e ao bem-estar daqueles que fora desse espaço eram submetidos à mais difíceis privações possíveis a um ser humano. Estrutura fundada em uma política de saúde que objetivava transformar uma massa de miseráveis, mortos-vivos que perambulavam pelas estradas a assombrar os sadios ou vivendo confinados no interior de residências fechadas ao convívio social, em uma “sociedade modelar”. São elementos que se solidificaram na memória coletiva a respeito do asilamento dos leprosos. Apresentando-se como principal explicação para o confinamento dos portadores da doença, a representação da política compulsória como benefício atingiu não só aqueles que se encontravam fora dos territórios dos asilos, mas também aos seus internos. Que sadio entenderia, então, o desejo de evasão manifesto por internos com relação àquele local e às suas condições?

Embora exista uma disposição dos ex-internos em romper com o silêncio que lhes foi imposto nos anos de internação compulsória, quando lhes foi retirado o direito de falar para o mundo sobre como avaliavam aquela experiência permanecem esses sujeitos e suas lembranças habitados por esses “lugares de uma memória oficial”, especialmente às produzidas sobre os benefícios que o local do seu confinamento teria fornecido à sua saúde e ao seu bem-estar.

O que se manifesta nas lembranças dos ex-internos da Colônia do Carpina quando indagados, 47 anos após o fim oficial do isolamento compulsório, sobre o que viveram naquele local, tem uma relação muito profunda com a experiência particular desses internos. Observa-se sempre uma associação entre os acontecimentos vividos dentro da Colônia com os participados lá fora, antes de suas chegada àquele local, ou produzidos entre uma internação e uma alta, quando isso já era possível. Como exemplo, pode-se voltar ao depoimento de seu Vicente Oliveira, acima citado, momento em que o mesmo se utiliza de uma fato que o marcou profundamente durante sua infância, para avaliar na seqüência de sua fala, de forma positiva, o seu encaminhamento por membros de sua comunidade e familiares para tratamento na Colônia. Uma avaliação positiva sobre o tratamento da doença como internos dos Hospitais-Colônia é quase sempre relacionada a um trauma vivido fora daquele local, especialmente envolvendo pessoas do convívio íntimo dos ex-doentes.

Outro aspecto observado e comum a todos os depoimentos, é a ausência de lembranças referentes à vida pública desses sujeitos. Embora vivendo em situação de confinamento não se encontravam isolados das coisas do mundo, visto que, dentro da Colônia, recebiam informações transmitidas pelos aparelhos de TVs, rádios e salas de

projeções bastante comuns a esses ambientes. São poucas as menções realizadas a agentes e fatos pertencentes a esfera pública pelos entrevistados, exceção apenas quando relacionam o nome de algum chefe do executivo estadual à concessão ou supressão de benefício destinado ao grupo.

Três nomes, apareceram espontaneamente em algumas das lembranças dos ex-internos, sempre ligados ao mesmo conteúdo e recebendo avaliações semelhantes: o nome dos ex-governador Chagas Rodrigues, que através de lei estadual, em 1962, instituiu o benefício da aposentadoria aos ex-internos da Colônia do Carpina colocados em situação de alta médica. Esse nome aparece laureado pelos ex-internos como o governador que apresentou maior sensibilidade às necessidades do grupo; o nome de Freitas Neto, governador do Piauí em 1986, momento em que cessou, no Estado, o direito ao benefício da aposentadoria para os doentes de hanseníase e, finalmente, o do presidente Lula, colocado por eles como o melhor presidente que esse país já teve. A última avaliação é fruto da expectativa criada com a Lei 11.520/07.

De forma consciente ou não, os moradores do Carpina, bem como os seus egressos vão recortando lembranças de um passado que lhes conduzem em um esforço de resistência e de conquistas no presente. Tais lembranças, permitem compreender como esses homens e mulheres que habitaram ou habitam a Colônia do Carpina vão elaborando e reelaborando suas memórias, suas vidas e suas identidades. Quais são os seus temores recentes e como eles se relacionam aos do passado. Demonstram também, que aprenderam a utilizar a tragédia em que suas vidas foi um dia transformada como tática de sobrevivência. Agora, são cidadãos sim, como afirmam por diversas vezes, mas essa cidadania teve um preço bastante alto e não estão dispostos a esquecer ou deixar que esqueçam disso.

Remover os moradores do Carpina para casinhas onde permaneceriam isolados, transformar aquele local em um Hospital de doenças infecto-contagiosas, como propõem o MORHAN e o governo do Estado do Piauí, parece, para os moradores e ex-internos daquela instituição a destruição do símbolo do sofrimento a que foram submetidos os portadores de lepra desse Estado. As marcas da doença estão nos seus corpos mutilados e em suas almas feridas, mas lutam para que a sociedade não exorcize um dos principais instrumentos desse sofrimento, quando resolveu pelo isolamento compulsório como única forma viável de tratamento. Lutam pela preservação da Colônia, não apenas por que ela lhes serve de

abrigo, mas porque é local de cristalização de memórias de suas vidas⁸, das histórias de uma enorme parcela de portadores de lepra que viveram no Estado do Piauí e é ainda, um dos pontos de encontro da memória e da história do povo desse Estado – sadios e doentes – com as de outros povos desse país, que em um determinado momento do seu percurso decidiu transformar-se em uma nação.

BIBLIOGRAFIA

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Comp. das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CUNHA, Vivian da Silva. **O isolamento compulsório em questão**: políticas de combate à lepra no Brasil (1920-1941). Dissertação apresentada ao Programa das Ciências da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**: as bases da política de Saúde Pública no Brasil. São Paulo: Editora HUCITEC/ANPOCS, 1998.

NORA, Pierre . Entre Memórias e Histórias: a problemática dos lugares..in :**Projeto História**. São Paulo, nº 10, dezembro/93.

SCHWARZSTEIN, Dora. História oral, memória e história traumáticas. In: **História oral**: revista da associação brasileira de história oral. N,4,jun,2001. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral.

FONTES

COLÔNIA DO CARPINA. Documentário com moradores e ex-internos. (VHS). Parnaíba, 2008.

Entrevista concedida à autora pelo ex-interno da Colônia do Carpina, Vicente Alves de Oliveira. Parnaíba, 22/10/2008.

⁸ Sobre a importância que os lugares de memória ocupam na sociedade contemporânea, ver Pierre Nora. Entre Memórias e Histórias: a problemática dos lugares..in :**Projeto História**. São Paulo, nº 10, dezembro/93,p.7.